

Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia

Quilombola Closeness-Communication, and Resistance in Reducing Disconnections in the face of the Pandemic

Comunicación quilombola, resistencia y proximidad en la reducción de desconexiones ante la Pandemia

Ivonete da Silva LOPES¹
Lindemberg Ribeiro CAETANO ²
Jéssica Suzana Magalhães CARDOSO³

Resumo: Este artigo discute a articulação entre comunicação, resistência e luta pela sobrevivência das comunidades quilombolas na pandemia da Covid-19. Traz a análise de conteúdo das publicações no Instagram e das entrevistas com integrantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo). Os resultados apontam várias desconexões (digital, estradas, eletricidade) que dificultam a comunicação. Neste cenário, o WhatsApp aparece como elo entre organizações e comunidades. Destacam-se as estratégias de aproximação e a identificação da figura dos mediadores (donos dos celulares) no repasse das informações à população nos territórios quilombolas.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas; Covid-19; Comunicação; Resistência.

Abstract: This article discusses the articulation between communication, resistance and the struggle for survival of quilombola communities in the Covid-19 pandemic. It brings the content analysis of publications on Instagram and interviews with members of the National Coordination of Articulation of Rural Black Quilombola Communities (Conaq) and the Federation of Quilombola Communities of the State of Minas Gerais (N'Golo). The results point to several disconnections (digital, roads, electricity) that make communication difficult. In this scenario, WhatsApp appears as

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2014). Professora adjunta na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ivonetelopes@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5162-4719>

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGER/DER/UFV. Bolsista do CNPq. E-mail: lindemberg.caetano@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8883-9860>.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGER/DER/UFV. Bolsista do CNPq. E-mail: jessica.suzana@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7127-1479>



a link between organizations and communities. The approach strategies and the identification of the figure of the mediators (cell phone owners) in the transfer of information to the population in the quilombola territories stand out.

Keywords: Quilombola communities; Covid-19; Communication; Resistance

Resumen: Este artículo aborda la articulación entre comunicación, resistencia y lucha por la supervivencia de las comunidades quilombolas en la pandemia de la Covid-19. Presenta un análisis del contenido de publicaciones en Instagram y entrevistas con miembros de la Coordinación Nacional de Articulación de Comunidades Rurales Negras Quilombolas (Conaq) y la Federación de Comunidades Quilombolas del Estado de Minas Gerais (N'Golo). Los resultados apuntan a varias desconexiones (digitales, viales, eléctricas) que dificultan la comunicación. En este escenario, WhatsApp aparece como un enlace entre organizaciones y comunidades. Se destacan las estrategias de abordaje y la identificación de la figura de los mediadores (dueños de celulares) en la transferencia de información a la población en los territorios quilombolas.

Palabras clave: Comunidades quilombolas; COVID-19; Comunicación; Resistencia

Introdução⁴

A comunicação historicamente tem sido apropriada por militantes, organizações e intelectuais negros como um meio de resistência e luta contra as diversas formas de opressão, como as materiais e as simbólicas. Antes mesmo da abolição oficial da escravatura no Brasil (1888), havia publicação de jornais negros. Apesar das condições desiguais, os periódicos edificaram uma “rede de solidariedade negra à qual interessavam a conservação de garantias individuais e também a construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo” (PINTO, 2010, p.20). Em várias fases da história do Brasil há registros da apropriação da comunicação para dar visibilidade às demandas do grupo, fazer denúncias e mobilizar a sociedade na luta contra o racismo e as desigualdades (PEREIRA, 2013, GOMES, 2017).

Este trabalho se insere nesta perspectiva ao analisar as estratégias de resistência e comunicação adotadas por duas organizações negras durante a pandemia da Covid-19 na rede social Instagram. Pretende-se contribuir com a

⁴ Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de Mestrado dos segundo e terceiro autores e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo financiamento desta pesquisa.



produção de conhecimentos interface *comunicação e quilombolas*. Um Estado da Arte sobre a temática foi realizado em quatro plataformas nacionais e duas internacionais⁵. Entre os 77 trabalhos encontrados, apenas quatro analisavam a relação (comunicação e quilombolas) como central ao debate. Os estudos reforçam que os processos de mediação da informação auxiliam no desenvolvimento e emancipação das populações quilombolas. Apontam a emergência de sujeitos, que fazem uso da informação para intervir socialmente, resistir e exercer sua cidadania, dentro e fora das comunidades (PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016; SGOTI, 2016; BARGAS, 2018; CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022)

Além das poucas pesquisas realizadas acerca da relação entre a comunicação e quilombolas, a pandemia da Covid-19 acentuou a necessidade de se discutir o tema diante da negligência do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que agravou a situação dos grupos mais vulneráveis, como os quilombolas. Estudos apontam a negligência do Governo Federal em ações de saúde e assistência social (VENTURA; BUENO, 2021; GOMES, 2020). Destaca-se ainda a ausência de campanhas governamentais massivas de enfrentamento ao vírus, sobretudo as direcionadas aos grupos mais vulneráveis (GOMES, 2020; LOPES; LEAL, 2020). Para buscar compreender a interface entre comunicação e resistência quilombola, elegemos a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo).

A Conaq nasceu no Quilombo de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa/BA, em 1996. Articula o movimento quilombola do país, com participantes dos 26 estados brasileiros. Já a N'Golo, criada em 2005, é a organização que representa os quilombolas de Minas Gerais na luta pela promoção de direitos das comunidades, no controle social e na articulação de políticas públicas no estado. A opção por esse estado, justifica-se por ser a unidade da federação que possui o maior número de municípios com comunidades quilombolas (IBGE, 2020). Conaq e N'Golo são organizações que, cada uma em sua esfera, representam os povos quilombolas, cujas vivências são perpassadas por opressões interseccionais (CRENSHAW, 2002) envolvendo gênero, raça, classe e território. Especificamente, o presente trabalho

⁵ Foram consultadas: Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OasisBr), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Plataforma Scopus e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo).



busca compreender como a comunicação tem sido apropriada pelas organizações quilombolas Conaq e N'Golo. Duas perguntas centrais direcionam o trabalho: 1) Como a comunicação tem colaborado para denunciar o descaso governamental e criar redes de solidariedade? 2) Como as organizações buscaram suprir a carência de informação estatal para proteger do vírus a população quilombola?

Comunidades quilombolas, pandemia e a liderança feminina

No Brasil, os negros (pretos e pardos) formam o grupo mais vulnerável da sociedade: convivem com riscos preexistentes como doenças crônicas, acesso restrito à saúde, moradias inadequadas e trabalham em atividades mais expostas ao vírus da Covid-19, como empregos domésticos e/ou informais (TEIXEIRA, 2020; CALDWELL; ARAÚJO, 2020; GOMES, 2020). Esta é a população que possui maior necessidade de suporte estatal. Na área da saúde, por exemplo, 67% dos que usam exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) são negros (BRASIL, 2017) e possuem alguma comorbidade, considerada como agravante da Covid-19 (FERREIRA; CAMARGO, 2021).

A população quilombola integra o grupo racial negro, majoritário no Brasil. Contudo, os quilombolas possuem especificidades por serem comunidades tradicionais caracterizadas pelo território e culturalmente diferenciadas. No país, as comunidades quilombolas “[...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007). As mulheres quilombolas historicamente têm sido lideranças em seus territórios, atuando na promoção da saúde e da assistência social, fomentando o debate político e propondo soluções aos problemas das comunidades (DEALDINA, 2020; FERNANDES et al., 2020). Redes de solidariedade e apoio são construídas por meio da articulação dessas mulheres nas e entre as comunidades, possibilitando eco às causas quilombolas junto ao poder público (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022).

Essas mesmas mulheres ainda lidam com a má gestão da crise sanitária por parte do Governo Federal, que não se acanha em expor ao risco os grupos sociais vulneráveis, historicamente menosprezados nas falas racistas e misóginas do então



presidente da nação⁶. São esses/as brasileiros/as que durante a pandemia sofrem o impacto da redução e inconstância do pagamento do auxílio emergencial, que teve valores significativamente reduzidos entre 2020 e 2021. Inicialmente o apoio estatal variava de R\$ 600 (\$112,15)⁷ a R\$ 1.200 (\$224,30) por mês – sendo o maior valor pago às mulheres chefes de família, no ano seguinte rebaixados para entre R\$ 150 (\$28) e R\$ 375 (\$70).

Como forma de lutar pelo direito constitucional de acesso e proteção à saúde quilombola, a Conaq entrou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), número 742, no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2020. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), depois de várias tentativas de diálogo com o Estado para garantir assistência às comunidades quilombolas para o enfrentamento da pandemia, houve necessidade de recorrer ao STF.

Uma das pautas era a inclusão dos quilombolas entre os grupos prioritários da vacinação contra a Covid-19. Em entrevista concedida aos autores deste artigo, Selma Dealdina, secretária executiva da Conaq, afirmou terem conversado diretamente com Damaris Alves, então ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, sobre a inclusão. “No primeiro documento publicado pelo governo não constava os quilombolas, tivemos que ir lá brigar pela nossa inclusão e garantir o direito à vida” (Dealdina, Conaq). A ADPF 742 solicitava

[...] a interferência da Suprema Corte para que seja garantido acesso às medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) tais como: itens de higiene como, [álcool] em gel – e equipamentos de segurança individual como máscara, além do acesso à água potável e segurança alimentar cujo intuito é viabilizar o isolamento social para a população quilombola, medida também recomendada pela OMS (CONAQ, 2021).

⁶ Jair Bolsonaro em diversas ocasiões foi misógino, racista e homofóbico. Entre esses episódios citamos apenas três deles: 1) Em 2014, agrediu a deputada Maria do Rosário (PT), ex-ministra dos Direitos Humanos, dizendo: “Não estupro você porque não merece”, 2) Perguntado como agiria se um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra, respondeu: “eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco” e, 3) durante a campanha eleitoral para presidente foi acusado de racismo por falar que quilombolas da comunidade “não fazem nada” e “nem para procriador eles servem mais”. Baseado na trajetória política de Jair Bolsonaro, deputado federal por quase 30 anos, pode-se afirmar que está sendo coerente com sua gestão como presidente da república no desprezo aos grupos mais vulneráveis que historicamente foram ofendidos por ele.

⁷ Valores baseados na média anual (2020 e 2021) da cotação do dólar em relação ao real (US\$1 = R\$5,35). Disponível em: <https://www.aasp.org.br/suporte-profissional/indices-economicos/atualizacao-mensal/dolar/> Acesso em: 06 set. 2022.



Depois de seis meses, o STF determinou ser de responsabilidade do Governo Federal a elaboração de um Plano de Combate à Covid-19 para a população quilombola (STF, 2021). A demanda da Conaq foi parcialmente atendida⁸. Não foi contemplado, por exemplo, o pedido de proteção possessória ao território tradicional das comunidades ameaçadas de despejo.

A inexistência de dados mais precisos sobre as populações quilombolas em tempos de pandemia (território, étnico-racial e gênero) continua dois anos após seu início em 2020. A carência dessas informações levou 150 entidades representativas do Movimento Negro e das periferias do país, integrantes da Coalizão Negra Por Direitos, a enviar um documento ao então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta (2019-2020). O documento solicitava que as informações sobre cor/raça, etnia, gênero e território fossem divulgadas (GOMES, 2020). Entretanto, cada estado decide se coleta e divulga essas informações. Pesquisa de Lopes (2021) revelou que apenas quatro estados traziam estatísticas sobre pertencimento racial e gênero em abril de 2021. Isso acontece em desacordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que determina a necessidade da coleta de dados sobre pertencimento racial e de gênero.

Território, desconexão e vulnerabilidade: dilemas interseccionais

Ao analisar a comunicação na pandemia precisa-se evidenciar que a exclusão infocomunicacional é uma dimensão da desigualdade estrutural que tem se exacerbado durante a crise global do novo coronavírus. Como enfatizam Domínguez e Navarro (2019, p. 226), a brecha digital “é um fenômeno multifatorial que está ancorado nas desigualdades históricas, sociais, econômicas, educacionais, entre outras, onde o aspecto tecnológico se expressa como mais uma exclusão”. A desconexão na pandemia foi mais um fator que ampliou as desigualdades enfrentadas por determinados grupos étnico-raciais. Foi na tentativa de desnudar problemas como este que Kimberlé W. Crenshaw (2002) cunha o termo interseccionalidade, que

⁸ Na sequência da deliberação da ADPF 742 foi instituído um prazo de 72 horas para a criação de um grupo de trabalho interdisciplinar e paritário, com a finalidade de debater, aprovar e monitorar a execução do Plano. Como determinação, o grupo devia ser composto por representantes de Ministérios do Estado e contar com representantes da Conaq. Ainda na decisão, liderada pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, foi determinado que o Governo Federal “Providencie, no máximo em 72 horas, a inclusão, no registro dos casos de covid-19, do quesito raça/cor/etnia, asseguradas a notificação compulsória dos confirmados e ampla e periódica publicidade” nas plataformas de informação (STF, 2021).



promove o debate, trazendo à luz, opressões vivenciadas por indivíduos e grupos sociais que apresentam diversos marcadores sociais (gênero, raça, etnia, classe, território, idade...), antes invisibilizados.

No Brasil,

a histórica exclusão infocomunicacional [...] tem favorecido a lógica de concentração e centralização de capital, bem como de utilização dos meios para perpetuar a estrutura desigual de poder no país, com marcadores evidentes de classe, raça, gênero e território, vistos interseccionalmente (MARTINS; LOPES; DOURADOS, 2021, p. 75).

A desconexão de 47 milhões de brasileiros (CTIC.br, 2020) pode ser considerada reflexo da lógica neoliberal que tem privilegiado o mercado em detrimento do reconhecimento do acesso à internet como direito humano. Esse processo ganhou destaque na década de 1990, fase da expansão dos serviços de telecomunicações, no qual houve desinteresse das operadoras de levar telefonia e internet às áreas mais remotas e empobrecidas. Predominou os interesses privados associados à escassez de políticas públicas para “efetivar o acesso das populações vulneráveis, ainda que esta seja uma reivindicação dos movimentos sociais desde o início da década de 2000” (STEVANIM, MURTINHO, 2021, p.127).

A política de comunicação adotada, focada no interesse do mercado, acentuou as desigualdades individuais, coletivas e territoriais, conforme enfatiza Arretche (2020, p.75) que a “[...] oferta de serviços de banda larga parece depender [...] da renda média de cada jurisdição: quanto maior a renda de um estado, maior o tamanho de sua elite digital”. Nessa mesma perspectiva a autora salienta que no Brasil as iniquidades estruturais são contínuas e

[...] claramente marcadas por dinâmicas territoriais que não se limitam à esfera nacional e às suas [...] Unidades Federativas. Diferentes estudos revelaram fortes marcadores de desigualdade social, econômica e de infraestrutura em diferentes níveis de desagregação: entre regiões do país, entre estados, entre municípios e, inclusive, entre diferentes bairros ou comunidades de uma mesma cidade. (ARRETICHE, 2019, p.133).

A desconexão, assim como outras desigualdades, pode ser vista com maior acuidade quando analisada sob a perspectiva territorial. Pesquisas apresentadas pela Cetic.br (2019) sobre conexão digital na cidade de São Paulo mostram baixa conectividade entre bairros periféricos. Ou seja, mesmo dentro do maior centro



econômico do país, há uma relação entre território, renda e exclusão digital. Nessa perspectiva que associa território e comunicação, Pasti (2021, p.41) sublinha que o “olhar territorial para as condições comunicacionais exige, atualmente, a compreensão de que os lugares são diferenciados pelas distintas cargas de conteúdo técnico, informacional e comunicacional que se apresentam criando diferentes densidades”.

Baseado em Silva (2010), Pasti complementa seu argumento com a existência de círculos de informação descendentes e ascendentes no território. Nos primeiros, as informações produzidas por oligopólios midiáticos e empresas globais “atingem verticalmente os lugares [...]. Os círculos ascendentes se referem aos dinamismos mais arraigados ao lugar, ao dilema da sobrevivência, da resistência e da reprodução” (PASTI *apud* SILVA, 2010, p. 2). Os círculos ascendentes é o que tentamos captar neste trabalho para compreender, diante das desigualdades e desconexão como as organizações quilombolas tentaram levar informação para proteger a vida da população. Não se pode deixar de mencionar que as comunidades quilombolas são atravessadas por vários marcadores sociais (classe, território, pertencimento étnico-racial etc.) que aumentam a vulnerabilidade.

No caso das populações quilombolas, ao se cruzar a característica vulnerável deste grupo, descrita nesse artigo, e a condição territorial – cuja maioria se encontra em áreas rurais (DEALDINA, 2020), percebe-se o acentuado grau de precariedade em que estão inseridos. De acordo com Fadigas (2017), a vulnerabilidade é a dificuldade em lidar, principalmente, com as situações de crise, onde o agir e o resistir, nessas condições, é prejudicado por uma combinação de fatores. Segundo a autora, a vulnerabilidade é a combinação entre pobreza e agravamento de condições de risco (FADIGAS, 2017) – e a pandemia se mostrou mais prejudicial aos mais pobres, elevando o risco dessa população de se contaminar e de vir a óbito.

Sublinham Guimarães e Novaes (2009) que a cidadania de uma pessoa em vulnerabilidade é frágil, pois lhe é retirado o direito, dentre outras coisas, à integridade física, acesso de políticas públicas, além da redução de direitos sociais, econômicos, trabalhistas e, até mesmo, políticos. Ao se analisar que uma grande parte das populações rurais quilombolas se encontram em áreas desprovidas de conexão com a internet – meio pelo qual a divulgação de ações por parte das organizações quilombolas são divulgadas –, percebe-se a exclusão parcial de parte desse grupo ao



acesso à informação. O que acarreta no aumento da vulnerabilidade de comunidades inteiras.

Metodologia

Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa “Mulheres rurais e recursos infocomunicacionais: da desigualdade de acesso às estratégias na busca de informações sobre saúde”, que tem como um dos grupos investigados mulheres quilombolas. Na primeira etapa, adotou-se como estratégia a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para compreender como as organizações quilombolas N’Golo (@ngolo20202020) e Conaq (@Conaquilombos) têm se apropriado da rede social Instagram para se comunicar sobre a Covid-19. Foram analisados os conteúdos postados entre janeiro e junho de 2021.

Depois da leitura dos conteúdos, iniciou-se o processo de seleção das Unidades de Registro (UR), ou palavras/expressões que sintetizam a ideia central de cada postagem. Após a organização e observação da UR presente em cada postagem, foi feita uma comparação para agrupar UR semelhantes. Esses agrupamentos de UR são as categorias, que são nomeadas pelos autores. A metodologia é complementada com trechos das entrevistas⁹ realizadas em fevereiro de 2022, via *Google Meet*, com as integrantes dos coletivos de comunicação das duas organizações analisadas.

Resultados e discussão

Ambas organizações (perfil no quadro 1) possuíam número de seguidores relativamente pequeno no Instagram: em 15 de fevereiro de 2022, a Conaq tinha 15,9 mil e a N’Golo 794. A perceptível discrepância no números de seguidores entre os perfis analisados pode ser devido a representatividade regional – uma, âmbito nacional, e outra, estadual –, o que gera tal descompasso. No caso do perfil da organização mineira, mesmo com um baixo número de seguidores/as, optou-se por escolher analisá-lo devido a relevância observada nos conteúdos e ao fato,

⁹ 1ª entrevista: realizada em 05 de fevereiro de 2022, com Claudiana Aparecida de Paula, conselheira e integrante da comissão de comunicação da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo. 2ª entrevista: realizada em 10 de fevereiro de 2022, com Selma dos Santos Dealdina, secretária executiva da Conaq, Sandra Pereira Braga, coordenadora executiva no Quilombo Mesquita, GO, Débora Stefany, integrante do coletivo de comunicação da Comunidade Carrapatos da Tabatinga, Bom despacho, MG e Maryellen Crisóstomo, jornalista e assessora da Federação estadual e coordenadora do coletivo de comunicação no Território Baião, Almas, TO. Todas integrantes do Coletivo de Comunicação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.



supracitado, de representar um estado importante à causa quilombola. A análise realizada nos conteúdos postados, entre janeiro e junho de 2021, encontrou 209 publicações nos respectivos perfis, sendo 199 da Conaq e 10 da N'Golo.

Quadro 1 - Informações dos perfis analisados

Associação	Instagram @	Biografia	Seguidores
Conaq	Conaquilombos	Organização Política - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.	15.900
Federação Quilombola MG N'Golo	ngolo20202020	Organização comunitária - Atuando no Estado de Minas Gerais na promoção dos direitos e visibilidades das formações políticas da comunidades e acessos aos territórios.	794

Fonte: Pesquisa direta.

Nos *posts* foram identificadas pelo menos uma Unidade de Registro (UR), palavras/expressões que sintetizam a ideia central de cada postagem (BARDIN, 2011).

As categorias foram criadas pelos autores e se orientam de acordo com o assunto tratado em cada postagem, ou sua UR. Estas foram agrupadas por semelhança de conteúdo em quatro categorias: Cultura, Renda, Sociabilidade e Covid-19/Saúde, conforme é apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Unidades de Registro e Categorias

UNIDADES DE REGISTRO (UR)	CATEGORIA
Agricultura; Arquitetura; Artesanato; Beleza; Culinária; Cultural Quilombola (teatro/música/literatura/festas)	Cultura
Educação Financeira; Vagas de Emprego	Renda
Ação Solidária; Ancestralidade; Cidadania; Datas Comemorativas; Desigualdades Raciais; Direito; Educação; Etnia; Gênero; Geração; Meio Ambiente; Organização Territorial; Sexualidade; Raça	Sociabilidade
ADPF; Auxílio Emergencial; Boletim Epidemiológico; Divulgação/Campanha de Vacinação COVID-19; Nota de Falecimento; Saúde Quilombola	Covid-19/Saúde

Fonte: Pesquisa direta.



Dentre as categorias com maior quantidade de postagens no perfil da Conaq, destacam-se: Sociabilidade (Ação Solidária; Ancestralidade; Cidadania; Datas Comemorativas; Desigualdades Raciais; Etnia; Gênero; Geração; Meio Ambiente; Organização Territorial; Sexualidade; Raça) com 94 (45%) e Covid-19/Saúde (ADPF; Boletim Epidemiológico; Divulgação/Campanha de Vacinação Covid-19; Nota de Falecimento; Saúde Quilombola e Auxílio Emergencial) com 72 postagens (34,4%). A Categoria que apresentou menos publicações foi Cultura (Agricultura; Arquitetura; Artesanato; Beleza; Culinária; Cultural Quilombola (teatro/música/literatura/festas)) com 21 postagens (10%).

No segundo perfil, da N’Golo, foram analisadas 10 postagens (entre janeiro e junho de 2021), sendo que não foram identificadas postagens na Categoria Renda (Educação Financeira; Vagas de Emprego). A Categoria com maior quantidade de postagens foi a Sociabilidade, com oito postagens (80%) e Covid-19/Saúde e Cultura, uma postagem cada (10%). Não foi possível verificar com a N’Golo o porquê de apenas uma publicação sobre Covid-19/Saúde em seu perfil, mas durante entrevista realizada com Claudiana de Paula, conselheira e componente da comissão de Comunicação da organização, ela relata que

A estratégia que nós, da N’Golo, adotamos é a de reforçarmos a necessidade de se divulgar o que é postado nas redes entre os que não possuem acesso [à internet]. Ocorrem situações em que a gente posta na página e a pessoa não consegue acessar essas coisas [...] Então, eu acho que uma das estratégias que a gente está tendo é, mesmo com poucos eventos presenciais, os que têm, ocorrem com segurança, cumprimento de todos os protocolos – a gente está reforçando essas questões; porque pessoalmente, boca-a-boca, as informações são passadas e as decisões dos diferentes embates da vida podem ser solucionados [...] tem essa questão do WhatsApp, [nele] as informações chegam rápido para muita gente. A informação é compartilhada: do grupo, várias pessoas compartilham; essa rede [WhatsApp] vai movimentando mais do que a televisão e as outras redes. (Claudiana, N’Golo)

A fala da entrevistada nos dá pistas de como ocorre a comunicação entre as comunidades quilombolas articuladas à N’Golo. O WhatsApp aparece como a principal rede para comunicação entre as comunidades e a organização. Diante da desconexão que dificulta o acesso dos quilombolas às informações, a organização concentrou seus esforços na comunicação pelo WhatsApp para divulgar ações e campanhas de forma mais rápida. Ainda assim, no Instagram da organização, foi



possível encontrar postagens de campanhas de ajuda, solicitando apoio financeiro e divulgando as conquistas alcançadas.

Figuras 1 e 2 - Post sobre “vaquinha virtual” em prol de uma comunidade quilombola mineira (05/01/2021) e post da divulgação da entrega de cestas básicas (26/06/2021)



Fonte: Instagram @ngolo20202020

As imagens capturadas do perfil da N’Golo (figuras 1 e 2) demonstram o caráter institucional da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, que também se articula junto à sociedade civil em prol da população quilombola mineira. Na figura 1 é apresentada uma campanha (“vaquinha virtual”) de arrecadação de recursos para a Comunidade Quilombola do Capoeirão, situada no município de Itabira, MG. Ao apresentar parte da comunidade, o perfil aproxima os interlocutores (seguidores) do público-alvo da campanha, o que visa alteridade e personifica/humaniza esses sujeitos que naquele momento se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Já a figura 2 apresenta aos seguidores a entrega de cestas básicas realizada pela N’Golo, juntamente da Organização Moradia e Cidadania, aos moradores da Comunidade Pimentel, município de Pedro Leopoldo, MG, durante a pandemia. A imagem, que conta com homens e mulheres, jovens e adultos próximos às pilhas de cestas básicas, reforça o espírito solidário que permeia a cultura quilombola (NASCIMENTO, 1980), solidariedade que não encontra ressonância nas políticas de Governo – que em momento nenhum foi citado como suporte, divulgador e organizador da ação solidária demonstrada. São organizações como essas que se



articularam para levantar dados, divulgar necessidades e atender às demandas da população quilombola.

Figuras 3 e 4 - Posts no perfil da Conaq sobre ADPF (11/02/2021) e Mortes de quilombolas (21/06/2021)



Fonte: Instagram @Conaquilomolas.

Observa-se que a Conaq para divulgar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742 (figura 3) faz referência ao movimento *Black Lives Matter*¹⁰ (Vidas negras importam). A estratégia comunicacional quilombola foi associar a demanda dos povos quilombolas à conhecida frase deste movimento global. Pode-se inferir que a publicação, ao fazer tal aproximação, buscou dar maior impacto à reivindicação e aproximar o interlocutor do intuito da ADPF, que em síntese busca garantir a vida e direitos das comunidades quilombolas.

Já a figura 4 traz informações sobre o número de mortes da população quilombola – publicação que foi atualizada ao longo da pandemia no perfil da Conaq. Ação que tentou suprir a ausência dos dados oficiais sobre pertencimento étnico-racial, gênero e pandemia e mostrar para a sociedade o impacto do coronavírus sobre as comunidades quilombolas. É importante destacar que a inexistência desses dados descumpra a portaria¹¹ 344/2017 do próprio Ministério da Saúde que torna obrigatório a coleta dessas informações pelos profissionais de saúde.

¹⁰ Movimento que nasceu em 2013 em Los Angeles, Estados Unidos, depois do assassinato do jovem negro Trayvon Martin. Hoje é considerado um movimento global. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/>

¹¹ A portaria a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que determina a necessidade desses dados desagregados para subsidiar o planejamento de políticas públicas informação do SUS frente à coleta, ao processamento e à análise dos dados organizados por cor, etnia e gênero, bem como a promoção da equidade.



Frente ao descaso governamental, a produção de dados tem sido feita de forma artesanal pela Conaq, conforme relata Selma Dealdina¹² aos pesquisadores deste trabalho.

Eu e Maryellen [Crisóstomo, coordenadora do coletivo de Comunicação] fizemos um caderninho para contabilizar as mortes. Imagina uma mãe enlutada receber uma ligação perguntando do que o filho morreu [?]. Tivemos caso de uma mãe que precisou levar a certidão da [Fundação] Palmares para provar que o filho era quilombola. Era um jogo de empurra-empurra, o Estado jogava para o município e o município para o Estado... essas [foram] anuências que encontramos pelo caminho, tivemos que criar uma lista dos mortos, primeiro ligamos para perguntar o motivo da morte da pessoa, depois as pessoas [das famílias] iam nos ligando. (Selma Dealdina, Conaq)

Além das publicações no Instagram da Conaq, as estatísticas sobre pandemia e quilombolas estão sendo divulgadas no site “Quilombo sem Covid-19” [quilombosemcovid19.org], criado em parceria com Instituto Socioambiental (ISA). A escassez de dados oficiais sobre as comunidades quilombolas não se refere apenas à pandemia, é algo frequente, como informou Maryellen Crisóstomo¹³ durante a entrevista: “Sempre fomos ‘estimativa’ e não dados. Às vezes as políticas públicas esbarram na inexistência de dados estatísticos sobre nós, quilombolas. O Estado tenta nos responsabilizar, mas não nos dão oportunidade de identificação”.

A fala da entrevistada vai ao encontro de um problema há décadas pontuado pelos movimentos negros. Em 1995, por exemplo, foi elaborado o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, entregue ao presidente brasileiro à época, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). O documento solicitava a inclusão

do quesito cor em todo e qualquer sistema de informação sobre a população [...]. A criação desta base de dados sobre a população negra [quilombola] é fundamental para a formulação de políticas públicas específicas para todas as áreas de interesse da questão racial” (SANTOS, 2014, p.132).

A visibilidade da questão quilombola relacionada à pandemia tem tido o apoio sobretudo da mídia independente, como as emissoras comunitárias, Mídia Ninja, Alma Preta e de Olho no Ruralista que deram visibilidade ao tema, segundo relatou

¹² Selma dos Santos Dealdina, secretária executiva e liderança no coletivo de mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.

¹³ Maryellen Crisóstomo, jornalista e assessora da Federação Estadual, coordenadora do coletivo de comunicação no Território Baião, Almas, TO e integrante do Coletivo de Comunicação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq.



Dealdina na entrevista. A entrevistada menciona que a mídia hegemônica (Globonews e alguns telejornais da TV Globo) deu cobertura à pauta quilombola: “talvez não na proporção que necessitava para de fato dialogar, denunciar e ficar mais visível [nossa causa]”. A fala anterior encontra ressonância com o que nos apresentou Claudiana de Paula¹⁴, do coletivo de comunicação da Federação mineira N’Golo, que declarou ter havido uma maior cobertura sobre a vacinação, mas pouco sobre o processo da luta quilombola para garantir o direito como um dos grupos prioritários à imunização. Ainda avalia como negativo a ausência de falas dos moradores e lideranças quilombolas sobre o assunto nesses canais da mídia hegemônica.

Comunicação e proximidade na redução das desconexões

Os relatos das representantes das organizações quilombolas revelam as dificuldades e as estratégias adotadas para dialogar com as comunidades na comunicação dos riscos e das medidas protetivas para o enfrentamento à pandemia. As barreiras encontradas vão desde a desigualdade social, alcançando a desconexão (não apenas digital, mas também o isolamento pelas estradas de difícil acesso e até falta de energia elétrica). As organizações ainda precisam atuar para combater a desinformação, não raras vezes promovida pelo próprio governo federal e Ministério da Saúde em defesa, por exemplo, do tratamento precoce (LEAL; LOPES; ANDRADE, 2021).

Neste tópico final a ênfase será no destaque ao trabalho da Conaq e N’Golo no combate à desinformação nas comunidades quilombolas e nas estratégias para comunicar diante da desconexão digital. E, por fim, os círculos ascendentes da comunicação estabelecidos na centralidade da relação entre as duas organizações, juventude/lideranças comunitárias e do uso da rede social WhatsApp. A rede social aparece como principal canal de comunicação entre os quilombolas, contudo seu uso oscila entre informação e desinformação. Para a integrante do coletivo de comunicação da N’Golo, Claudiana de Paula,

as populações quilombolas que utilizam o WhatsApp são alertadas sobre o risco que envolve as notícias falsas, a desinformação. Ainda assim, é através do aplicativo, pela sua agilidade e fácil uso, que as comunidades obtêm informações sobre questões quilombolas e pandemia.



Na avaliação de Dealdina, por causa das *fake news*, o trabalho da Conaq tem sido dobrado. Isso porque as lideranças simultaneamente precisaram entender o impacto do novo coronavírus e ainda combater a desinformação. “Tivemos que combater a má informação, a mentira, as notícias não verdadeiras”. Passada a fase inicial da pandemia, os desafios continuam, agora em relação à vacinação. “Tivemos que convencer os quilombolas a aderirem à vacinação. Fizemos vários *cards* e vídeos com lideranças falando para as pessoas se vacinarem. O argumento é que quem ama cuida dos seus [familiares, amigos e comunidade]”. Como se pode observar, a estratégia da comunicação busca envolver pessoas próximas, as lideranças do território, para explicar sobre a relevância da vacinação e, deste modo, fortalecer o vínculo social articulando os laços do indivíduo com a comunidade.

Não se pode deixar de mencionar as condições materiais de existência nos territórios quilombolas com as quais N’Golo e Conaq precisam lidar para estabelecer comunicação e manter os vínculos. São múltiplas as desconexões. Essas encontram respaldo em uma série de trabalhos acadêmicos que articulam o acesso à internet com a redução das fronteiras geográficas, do local conectado ao global (NOVO-CORTI; VARELA-CANDAMIO; GARCÍA-ÁLVAREZ, 2013; KWAMI, 2015; ESCOSTEGUY; SIFUENTES; BIANCHINI, 2017; ROTONDI; PESANDO; KASHYAP, 2020; IICA, 2020). Infelizmente, essa não é uma realidade para muitos territórios quilombolas. Sobre as desconexões, Paula explica:

[Alguns] membros da N’Golo foram a algumas comunidades que tinham dificuldade de acesso à internet, difícil acesso até as estradas [...] um dos casos é da Comunidade Mata dos Crioulos [MG]. Outro problema é a falta de luz. Várias empreiteiras começaram a fazer o trabalho, mas por causa das questões das estradas serem ruins, [as comunidades] não conseguiram [ter o problema da iluminação resolvido]. [O caso] foi levado à justiça e foi uma luta. A juíza atendeu ao pedido e começou a eletrificação na comunidade. (Claudiana de Paula, N’Golo)

Como se observa, as desconexões se sobrepõem umas às outras, a comunidade estava isolada por causa do difícil acesso pelas estradas, isso dificultava a eletrificação do território. Neste caso, pode-se inferir que provavelmente a ausência de conectividade à internet talvez fosse o menor problema vivenciado no local. Para se ter acesso à internet, muitas vezes as pessoas necessitam se deslocar, como exemplifica Crisóstomo, da Conaq: “Muitas famílias precisam ir a casas que distam 12 quilômetros de suas residências, essa é a realidade no interior do Brasil”. Diante das



diferentes dimensões do acesso digital, a conectividade precisa ser qualificada, como a metodologia CETIC.br (2019) sugere, incluindo a análise da infraestrutura (banda larga no domicílio como “modelo ideal”), acesso (usuários e não usuários) e uso (competências - dimensão avaliada por meio de 16 atividades desenvolvidas pelos usuários na internet).

No panorama acima, o WhatsApp se configura como central no relacionamento entre as organizações quilombolas e as comunidades. A coordenadora do coletivo de comunicação da Conaq, Maryellen Crisóstomo, fala que a usabilidade da plataforma facilita o contato com as comunidades, seja por links de publicações, imagens e chamadas de vídeos. Ou seja, facilita o contato sem a necessidade de fazer download de vários aplicativos, nem sempre suportados nos *smartphones* disponíveis nas comunidades. “O WhatsApp é [o canal] que mais funciona, é o mais rápido e com ele mandamos mensagem por áudio, com link das postagens nas outras redes sociais, marcamos reunião, conseguimos fazer várias atividades”.

A pesquisa dá pistas para aprofundar algumas questões que nos parecem novas ou mais provavelmente precisarão ser atualizadas no campo epistemológico. A restrição de acesso ao *smartphone* e conexão à internet tem feito com que a comunicação dos movimentos quilombolas (N’Golo e Conaq) seja feita em dois níveis, o que nos remete à teoria do *two-step-flow of communication* (fluxo duplo de comunicação) criada na década de 1940 por Paul Lazarsfeld (TEMER; NERY, 2004). No entanto, no século passado a mediação era feita pelo líder de opinião. Contudo, no contexto das comunidades quilombolas nem sempre essa mediação cabe à liderança, mas àqueles que possuem o dispositivo e sabem operá-lo, muitas vezes aos jovens. Conforme destaca a liderança da N’Golo, Claudiana de Paula,

como os adolescentes necessitam dessa ferramenta [celular] para continuar os estudos durante a pandemia, estamos pedindo a eles que repassem as informações para as pessoas que não possuem conexão na comunidade.

Considerações finais

A comunicação colaborou para denunciar o descaso governamental e criar redes de solidariedade com a população quilombola. Destacamos que o descaso governamental tem promovido o isolamento dessas comunidades, por meio da desconexão e carência de informações adequadas para suas realidades. Somado,



também, à falta de estradas e inexistência de energia elétrica, situações que ocorrem em algumas localidades quilombolas – problemas interseccionados nessas populações. As organizações Conaq e N’Golo apresentam-se como uma forma de resistência dos povos quilombolas, que além de buscarem garantir os seus direitos precisam se organizar para enfrentar a desconexão, a desinformação e as desigualdades sociais.

Nesse cenário, enquanto o Instagram é um veículo de comunicação entre as organizações que representam as comunidades quilombolas e o restante da sociedade, o WhatsApp apresenta-se como uma das principais ferramentas de comunicação entre as organizações e as comunidades quilombolas que representam. As redes de solidariedade, encabeçadas pelas mulheres quilombolas, aparecem como fundamentais para combater as desinformações e organizar ações de enfrentamento à pandemia. Os jovens apresentam-se como atores importantes no processo de compartilhamento da informação (uma vez que são quem possuem e/ou demandam o uso do celular e da conexão para os estudos). Quem possui o acesso ao WhatsApp compartilha as informações e orientações recebidas pelas organizações com os demais em suas comunidades.

Alguns achados nesta pesquisa precisam ser aprofundados em trabalhos futuros. É preciso entender melhor o papel dos mediadores (jovens com *smartphones*) nos territórios quilombolas e o (des)uso do WhatsApp pelas organizações sociais e governamentais para a comunicação em saúde para grupos em vulnerabilidade.

Referências

ARRETCHE, Martaa. A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionaisregionais. In: **Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

BARDIN, Lurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, ed. 70, 2011.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha. **Quilombolas Do Pará e Mídias Digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), Belo Horizonte, MG, 2018.

BRASIL. **Decreto n.6040/2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades dos Povos Tradicionais. 2007. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 15 fev. 2022

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política do SUS. Ministério da Saúde, 3ª ed. Brasília, DF, 2017.

CALDWELL, Kia Lilly; ARAÚJO, Edna de. COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery. **The Conversation**. 2020. Disponível em: <<https://theconversation.com/covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430>> Acesso em mar. 2021

CASAZZA, Ingrid. **O acesso à água e os excluídos da prevenção à Covid-19**. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-covid-19.html#.YRk40T2Sk2w>. Acesso em: 02 mar. 2021

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10 (1), p. 171-188, jan. 2002.

CRISÓSTOMO, Maryellen; MELO, Paulo Victor; TERSO, Tâmara. TICs, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 24(1):37-51 jan./abr. 2022.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **ADPF 742: voto favorável do relator não contempla todas as demandas da população quilombola manifestadas na ação**. 19 de fevereiro de 2021. Nota disponível em: <http://Conaq.org.br/noticias/adpf-742-em-julgamento/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CETIC-BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Inclusão, tecnologias e dinâmicas territoriais: uma análise das desigualdades digitais na cidade de São Paulo. In: **Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

DEALDINA, Selma. **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. Jandaíra: São Paulo, 2020.

DOMÍNGUEZ, Marlen Martínez; NAVARRO, Dulce. Usos del teléfono inteligente en el sector rural de México. In: RIVOIR, Ana Laura; MORALES, María Julia. **Tecnologías digitales: miradas críticas de la apropiación en América Latina**. Buenos Aires-Montevideo: CLACSO-RIAT, 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; SIFUENTES, Lírian.; BIANCHINI, Aline. Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** [online], v. 40, n. 1, p. 195-211, 2017.

FADIGAS, Amanda B. M. Vulnerability factors of shellfisherwomen in the face of oil spill events: An analysis of the Prestige case. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 24, p. 560-567, 2017.



FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020.

FERREIRA, Ricardo Bruno Santos; CAMARGO, Climene Laura de. Vulnerabilidade da população negra brasileira frente à evolução da pandemia por COVID-19. **Revista Cuidarte**, v. 12(2), 2021. <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.1322>

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **A questão racial e o novo coronavírus**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

GUIMARÃES, Maria Carolina S.; NOVAES, Sylvia Caiuby. Autonomia reduzida e vulnerabilidade: liberdade de decisão, diferença e desigualdade. **Revista Bioética**, v. 7, n. 1, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro, RJ, 2020. 17p.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais**. 2020. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X4LoyU2wbpgJ:repositorio.iica.int/bitstream/11324/7254/3/BVE19029518p.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 19 abr. 2022.

KWAMI, Janet. Gender, Entrepreneurship, and Informal Markets in Africa: Understanding how Ghanaian Women Traders Self-Organize with Digital. In: **Comparative Case Studies on Entrepreneurship in Developed and Developing Countries**. IGI Global: jan, 2015

LEAL, Daniela de Ulysséa; LOPES, Ivonete da Silva; ANDRADE, Marco Paulo. Cuando el gobierno informa mal: el covid-19 y el tratamiento temprano en Brasil. In: **Razon Y Palabra**, v. 25, n. 112, set./dez. 2021. <https://doi.org/10.26807/rp.v25i112.185>

LOPES, Ivonete da Silva. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 294-300, abr./jun. 2021

LOPES, Ivonete da Silva; LEAL, Daniela de Ulysséa. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. **Chasqui - Revista Latinoamericana de comunicación**, v. 1, n. 145, p. 261–280, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOVO-CORTI, Isabel; VARELA-CANDAMIO, Laura; GARCÍA-ÁLVAREZ, María Teresa. Breaking the walls of social exclusion of women rural by means of ICTs: The case of ‘digital divides’ in Galician. In.: NOVO-CORTI *et al.* **Computers in Human Behavior**, 30, p. 497–507, 2013.



PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. **Revista Eptic**. v. 23, n. 2, mai./ago., 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13877/12087>. Acesso em 15 fev.2022.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

EREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 114-139, mai/ago. 2016 DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245222.114-139>

PINTO, Ana Flávia. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. Brasília: Selo Negro Edições, 2010.

ROTONDI, Valentina; BILARI, Francesco; PESANDO, Luca; KASHYAP, Ridhi. **Desigualdade digital de gênero na América Latina e Caribe**. Oxford: University of Oxford, 2020.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: Um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SGOTI, Silmara de Mattos. **A Comunicação Comunitária dos Quilombolas Carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. São Paulo, p. 121. 2016.

SILVA, Adriana Maria Bernardes. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre**. Anais [...]. Porto Alegre: AGB, 2010

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Supremo determina que Governo Federal elabore plano de combate à Covid-19 para população quilombola**. 25 de fevereiro de 2021. Nota disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=461129&tip=UN> Acesso em: 15 jun. 2021.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism? **Gender Work Organ**, v. 28 (S1), p. 698– 707. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12536>

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; BUENO Flávia Thedim Costa. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. **Foro Internacional**. v. LXI, 2 (244). 2021. DOI: <https://doi.org/10.24201/fi.v61i2.2835>

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.